

A DIALÉTICA DO PRONAF: PERMANÊNCIAS E CONTRADIÇÕES DA REPRODUÇÃO CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE PLANALTO-BA

Jaqueline Silva Portela[1]
Daiana Silva Marques[2]
Jânio Roberto Diniz dos Santos [3]
Aline Farias Fialho[4]

Palavras-chave: Camponeses; modo de produção capitalista; reprodução da vida.

INTRODUÇÃO

A partir do debate da questão agrária, compreende-se o camponês como classe social que se reproduz nas contradições do modo de produção capitalista. Fundamentado em autores como José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino, defender-se-á a permanência da reprodução camponesa na sociedade moderna, com base na leitura metodológica material e dialética da produção espacial das relações sociais existentes no modo de produção capitalista. Destarte, objetiva-se compreender como ocorre a reprodução camponesa no campo do município de Planalto, localizado na região Centro-Sul do estado da Bahia, a dialética

[1] Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Vitória da Conquista, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da UESB. E-mail: silvaportelajaqueline@gmail.com.

[2] Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Vitória da Conquista, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da UESB e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade (CNPq). E-mail: daianamarques2000@gmail.com

[3] Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor pleno da UESB, atua nos cursos de Graduação e Pós-Graduação (Lato Sensu e Stricto Sensu) em Geografia. Coordenador do Grupo Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade (UESB/CNPq). E-mail: jrdsantos@uesb.edu.br.

[4]Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB, especialista em Análise do Espaço Geográfico pela UESB e graduada em Licenciatura em Geografia pela UESB. Professora efetiva do Departamento de Geografia da UESB. E-mail: aline.fialho@uesb.edu.br.

contraditória de implementação do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e contradições no processo de reprodução da vida neste espaço.

Nesse contexto, Planalto-BA concretiza as contradições dos processos de reprodução do capital e seu desenvolvimento desigual e combinado, principalmente quando analisada a condição de reprodução dos sujeitos campesinos. O município dispõe de uma área de 769.000 km², com população de 23.334 pessoas em 2023, das quais 15.017 são habitantes da área urbana e 8.317 pertencem ao perímetro rural (IBGE, 2023). Através da forte cultura ligada à reprodução da vida no campo, esse município apresenta vertentes diretas de relações sociais camponesas. Por conseguinte, no desenvolvimento dos processos de reestruturação produtiva do capital no campo, principalmente na fase monopolista da mundialização dos espaços submetidos à lógica de produção capitalista, seja por meio do assalariamento no campo ou pela sujeição da renda da terra, o capital os subordina.

Oliveira (1999) reforça que a industrialização da agricultura no Brasil está inserida nos processos de internacionalização e financeirização da economia brasileira, "no seio do capitalismo mundializado". Dessarte, o município de Planalto se insere nessa lógica, com destaque para a produção do campo, onde se produzem e reproduzem as contradições da reestruturação produtiva do capital nos diferentes espaços brasileiros, materializado sobretudo na personificação do Estado burguês mediante as políticas públicas de financeirização – o PRONAF. Tal programa tem como pressuposto básico monopolizar e sujeitar a produção camponesa aos ditames dos interesses capitalistas em sua reprodução ampliada. Essas indagações foram discutidas ao longo de pesquisas realizadas no espaço rural do município, mediante análises empíricas do espaço concreto, amparadas pelo arcabouço teórico sobre o campesinato no Brasil, reprodução e (re)existências.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Conceição (2007, p. 81) disserta que o Estado assume o papel de promover políticas expansionistas de financeirização da economia, com forte ideologia desenvolvimentista de poder e controle do trabalho no campo, viabiliza-se a ordem "reprodutiva sociometabólica do capital gerenciando o controle dos antagonismos". Nesse princípio, o campesinato, na década de 1990[5], sob a rotulação de agricultor familiar, ressaltando o caráter de sua organização econômica, começa a ser fator de relevância para as discussões estatais de estratégias para a incorporação do campesinato no processo de financeirização da economia.

Tal debate é iniciado com as esferas das políticas públicas, culminando em 1995 com a criação do PRONAF, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), baseado na política de reforma agrária do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Esses órgãos e debates foram resultados de intensas manifestações dos movimentos sociais camponeses. Essas entidades estatais não priorizavam os camponeses, que em maioria eram contrários aos ideais da modernização, principalmente da chamada Revolução Verde. Ao contrário, essa modernização conservadora e desigual proporcionada por tais órgãos mantém a figura do latifúndio como sagrada, sobretudo, dos Agrobusiness, e apenas utiliza de medidas paliativas como as políticas públicas para evitar a ocorrência de reforma agrária e controlar as insatisfações dos camponeses.

Conforme a Lei N° 11.326, de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a reformulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, impõe como critério classificatório para o acesso ao PRONAF que a unidade campesina utilize apenas "mão de obra familiar";

[5] Ler Mazzetto (2004, p. 338).

tenha um percentual mínimo de renda originado do próprio empreendimento familiar; possua reservatório hídrico com superfície total de até 2ha (dois hectares). Destaque para o Art. 1° dessa mesma lei (Lei da Agricultura Familiar), para incluir a modernização e o desenvolvimento sustentável, inovação e o desenvolvimento tecnológico entre os aspectos a serem considerados no planejamento e na execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, adaptação realizada em 20 de março de 2024. Vale ressaltar ainda o controle referente à extensão do estabelecimento rural, que não pode ultrapassar o tamanho de 15 a 90 hectares, pois, ao exceder esse limite estabelecido pela legislação federal, a unidade deixaria de ser familiar.

Visualiza-se a realidade concreta das idealizações capitalistas e seus nuances, essa é a dialética da reprodução contraditória do capital no espaço agrário brasileiro. O Estado assume a missão de assegurar os caminhos para a perpetuação das relações reestruturantes no espaço rural. O PRONAF representa o capital financeiro da era neoliberal, garantindo a acumulação capitalista e monopolista sob a égide do controle do Banco Mundial. A financeirização da economia, conjuntamente aos pressupostos desenvolvimentistas, insere de forma desigual e contraditória o camponês no mercado, ocasionando dependência aos insumos, maquinários, equipamentos, financiamentos, entre outros — realidade encontrada na produção do espaço rural de Planalto.

Ao analisar a lei exposta acima, compreende-se a fragilidade do programa, sem mascarar suas reais intenções, controlando desde a extensão da propriedade campesina familiar até os frutos da produção, na relação terra, trabalho e família. Trinta anos após a criação do PRONAF, pautado na ordem dominante de sujeição dos camponeses por intermédio da renda da terra e monopolização da produção, a materialização das contradições encontra-se enraizada no contexto da reprodução camponesa no município. Em princípio, na década de 1970, com a difusão da cultura cafeeira e, na sequência, do agronegócio. Após a década de 1990, com a expansão dessa e de outras commodities, como a monocultura do morango, que se configuram, de forma contraditória e combinada, como condicionantes da reprodução camponesa nesse espaço.

No momento em que o camponês adere a tal política pública, a produção começa a ser direcionada conforme a demanda do mercado capitalista, monopolizando a produção das terras camponesas para a produção de café e morango. Ameaça, portanto, a produção de alimentos e, consequentemente, o abastecimento do mercado local com as multiculturas produzidas pelos camponeses do município. As monoculturas adentram a propriedade camponesa com toda a ferocidade do acordo estabelecido pelo PRONAF, a fiscalização da produção ocorre nos conformes estipulados no projeto para concessão do benefício fiscal. A alternativa de resistência desses sujeitos é o cultivo de multiculturas (milho, feijão, mandioca, frutas) consorciadas com as monoculturas, ou destinar uma pequena parte da propriedade para a produção de alimentos diversos, a fim de serem comercializados na feira livre local.

A realidade deste programa é a expansão do agronegócio no território nacional, previamente estipulada pelo controle do Banco Mundial e do FMI sobre a Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Por isso, é exposto nesta pesquisa o relacional indissociável da reprodução estrutural do capital, em um sistema de controle da totalidade geopolítica. O PRONAF é parte do sistema, é uma estratégia política de alcançar cada vez mais espaços para a movimentação da fase contemporânea do sistema capitalista, concretiza a incorporação do campesinato no processo de financeirização da economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os camponeses são uma classe social heterogênea, mas que apresentam certa homogeneidade em seu processo produtivo. Para eles, a terra é o lócus da reprodução da vida, para além de propriedade privada, é o meio de reprodução social, não possui valor de extração de lucros, não é mercadoria para a especulação. Nesse ínterim, o campo de Planalto apresenta as especificidades condicionadas pelo contexto de reprodução social do sistema vigente, uma particularidade apenas explicada pela totalidade dialética de produção do espaço no contexto mundial.

O PRONAF representa o mudar para manter, é a sumidade da modernidade conservadora e excludente presente em todo o processo de formação territorial do Brasil. São ações promovidas pelo Estado que têm como base fundante a promoção da reprodução de um capitalismo controlado pelo mercado externo, pelos comandos do Banco Mundial e suas indagações. Entendem-se também as inquietações contraditórias dessa política pública, enraizada na realidade concreta da reprodução camponesa na atualidade, sendo parte dos condicionantes para a produção campesina.

Fialho (2018), concernente à discussão proposta, reforça que os discursos da agricultura familiar documentavam a inexistência e/ou superação do campesinato no campo brasileiro. Dessa forma, o PRONAF é uma política pública de Estado, que integra o conjunto dos "agricultores familiares", idealizado e posto em prática sob o alicerce desenvolvimentista do neoliberalismo no campo, mediante a modernização da agricultura, em uma ótica produtivista e desenfreada, almejando a integração da economia camponesa ao agronegócio. O programa oferece recursos financeiros, alguns na forma de empréstimos, para as atividades agropecuárias. Esses recursos são cedidos por instituições financeiras públicas e privadas. Vale acentuar que, para o camponês se adequar às regras do programa, ele necessita ter o registro de posse da terra, ou seja, a escritura ou comprovação de compra e venda do estabelecimento registrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Isto indica que as terras ocupadas não são inseridas, ocasionando uma invisibilidade dessa tipologia de reprodução da classe camponesa.

Assim sendo, a crescente preocupação com o avanço do agronegócio no território brasileiro, em especial na Bahia, bem como no município de Planalto, alerta sobre a reprodução da vida campesina e a produção de alimentos para a sociedade. A sujeição da produção camponesa e a monopolização da produção cercam as terras produtivas, tornando-as produtoras de commodities para o mercado capitalista, terras essas que antes produziam alimento para a sociedade local. Processos complexificados por intermédios de políticas públicas estatais que deveriam promover incentivos fiscais para a produção de multiculturas, a fim de serem comercializados no mercado local, nas feiras livres – mas que, a serviço do grande capital, contraditoriamente dificultam e problematizam a produção de alimentos, ameaçando a soberania alimentar.

Martins (1980) defende que a terra é um bem natural, assim como para os próprios camponeses, a terra tem vertentes profundamente vinculadas ao ser, fazer e viver camponês, e não apenas mais uma mercadoria para a geração de mais-valia. Em razão disso, debates sobre a reprodução campesina e a defesa de sua propriedade de produção, da terra quanto condição de vida, fortalecendo os movimentos sociais para maior integração política desses sujeitos, tornam-se imprescindíveis – assim, conseguirão de modo mais intenso resistir às sujeições capitalistas. Salienta-se que a maior parte dos alimentos de qualidade – alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros – é proveniente do conjunto da produção camponesa no país, de maneira especial em Planalto-BA. Ameaçar os processos de produção camponesa e a

propriedade campesina se configura como risco concreto no aumento das taxas de insegurança alimentar em todo o território nacional.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. Rev. OKARA**: Geografia em debate, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 77-100, Jul., 2007.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 março de 2025.

LEI Nº 14.828, DE 20 DE MARÇO DE 2024. Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 08 de janeiro de 2025.

FIALHO, F. Aline. **MEMÓRIA E IDEOLOGIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO CANGUSSU – BA.** Dissertação, Vitória da Conquista: UESB, 2018

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.

MAZZETTO, S. Carlos Eduardo. Políticas públicas e desenvolvimento rural: em busca de novos caminhos. In**: O campo no século XXI – Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In**: Novos Caminhos da Geografia**. CARLOS, A. F. (org.). 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1999.